



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS TECNOLÓGICAS E LETRAS
CURSO DE LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS DE LÍNGUA
PORTUGUESA

ANA RAFAELA DO VALE DUARTE

EDUCAR NA DIVERSIDADE: os benefícios das Salas de Recursos
Multifuncionais para o público-alvo da Educação Especial da Rede Municipal
de Ensino de Açailândia-MA

Açailândia
2022

ANA RAFAELA DO VALE DUARTE

EDUCAR NA DIVERSIDADE: os benefícios das Salas de Recursos
Multifuncionais para o público-alvo da Educação Especial da Rede Municipal
de Ensino de Açailândia-MA

Monografia apresentada ao Curso de
Letras da Universidade Estadual da
Região Tocantina do Maranhão para o
grau de Licenciatura em Letras.

Orientador (a): Prof.^a M.^a Claudianny Maria
Galvão Melo e Silva

Açailândia
2022

D812e

Duarte, Ana Rafaela do Vale

Educar na diversidade: os benefícios das salas de recursos multifuncionais para o público-alvo da educação especial da rede municipal de ensino de Açailândia-MA / Ana Rafaela do Vale Duarte – Açailândia: UEMASUL, 2022.

53 f : il.

Monografia (Curso de Licenciatura em Letras) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Açailândia, MA, 2022.

Orientadora: Profa. Ma. Claudianny Maria Galvão Melo e Silva

1. Diversidade. 2. Inclusão. 3. Atendimento educacional especializado. I. Título.

CDU 376(812.1)

EDUCAR NA DIVERSIDADE: os benefícios das Salas de Recursos
Multifuncionais para o público-alvo da Educação Especial da Rede Municipal
de Ensino de Açailândia-MA

Monografia apresentada junto ao Curso
de Letras da Universidade Estadual da
Região Tocantina do Maranhão
(UEMASUL), para obtenção de grau de
Licenciado(a) em Letras.

Aprovado em: 19 / 12 / 2022

BANCA EXAMINADORA

Claudianny Maria Galvão Melo e Silva

Prof.^a M.^a Claudianny Maria Galvão Melo e Silva (Orientadora)
Mestra em Teoria Literária / Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Aline Borges da Silva

Prof.^a Esp. Aline Borges da Silva
Especialista em Práticas Docentes e Ensino de Ciências
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Remy Pereira de Sales

Prof. Me. Remy Pereira de Sales
Mestre em Letras – Letramento Literário / Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Este trabalho dedico especialmente aos meus filhos para que lhes sirvam de inspiração diante às diversidades da vida.

AGRADECIMENTOS

Em vários momentos da nossa vida muitas pessoas cruzam nosso caminho e chegam como verdadeiros anjos contribuindo de alguma forma para a realização dos nossos sonhos. Essas palavras de agradecimento eu ofereço com todo meu amor em forma de uma singela homenagem para aqueles que fizeram parte deste projeto e que me ajudaram a chegar até aqui.

Primeiramente agradeço à Deus por me fortalecer e me dar coragem diante de tantas turbulências vividas em um período difícil em meio a uma pandemia, onde o medo e a incerteza inundavam o meu coração.

Aos meus pais Rock e Algênora minha eterna gratidão por todos os incentivos, vocês são meus exemplos de determinação e vitória.

Ao meu querido companheiro Marcos Aurélio por nunca duvidar da minha capacidade e ter me apoiado nessa jornada, sempre que eu falava que não conseguiria ele estava lá me incentivando a não desistir e me afirmando que eu era capaz, mesmo quando nem eu mesma acreditava.

Aos meus filhos amados Yan Victor e Rômulo Ramon por sempre compreenderem com carinho as minhas ausências de mãe. Foram tantas noites, sábados e domingos que o estudo me tomava o tempo e não me permitia dar-lhes a devida atenção.

À minha estimada orientadora a Mestra Claudianny Galvão por compartilhar e transmitir todo seu conhecimento de maneira tão encantadora me permitindo concluir este trabalho além de prestar um serviço regado de atenção e carinho voltado para a educação inclusiva.

À minha irmã Fernanda, meus sobrinhos João Pedro, Maria Elisa, a amiga Fabiane e a Tia Lucidalva por não me deixarem sozinha nos momentos de dor e aflição e por terem me estendido a mão quando mais precisei.

À minha melhor amiga Talita por todas as conversas nos momentos de angústia, por sempre estar disposta a me ajudar sem medir esforços em tudo que eu precisei ao longo desses anos e por sempre me admirar como amiga, profissional e acadêmica.

Ao primo Gabriel, pela ajuda e dedicação em me ajudar pois se não fosse por ele por duas vezes eu não teria conseguido e iria perder o prazo de entrega de dois trabalhos muito importantes e nessas duas vezes em especial somente ele foi capaz

de me ajudar.

Aos meus amigos queridos de jornada acadêmica Alexsandro, Jenna e Isailma por toda parceria vivida durante esses anos, por todo conhecimento compartilhado, sem vocês as aulas não teriam a mesma alegria e a mesma leveza. Foram muitos trabalhos difíceis, mas todos entregues com sucesso e regados de notas boas graças a vocês. E Alex, especialmente você que foi uma peça fundamental para que eu chegasse até aqui, serei eternamente grata por tudo.

Aos professores da banca examinadora que gentilmente se dispuseram a compartilhar seus conhecimentos e avaliaram esse trabalho.

Enfim, saibam que todos vocês foram anjos enviados por Deus para que cruzassem o meu caminho e para que estivessem em minha vida tornando minha trajetória repleta de alegrias bênçãos e paz, pelo simples fato de existirem.

À todos vocês os meus sinceros agradecimentos e minha eterna gratidão!

*“Inclusão, educação, justiça.
Diversidade, diferenças, respeito.
Convivência, tolerância, paz.
Palavras soltas, que conectadas e incorporadas
à nossa vida, resultam num mundo melhor.”*

(Joseli Barros)

RESUMO

O presente trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, permitindo gerar discussões e reflexões acerca dos benefícios promovidos nas Salas de Recursos Multifuncionais vistos como ferramentas enriquecedoras no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Buscou-se como objetivo principal compreender os benefícios das Salas de Recursos Multifuncionais destacando a diversidade como um dos elementos constitutivos do ser humano, da sociedade e, conseqüentemente, dos contextos educacionais para uma aprendizagem significativa do público-alvo da Educação Especial e Inclusiva. Descreveu-se, também, nesta pesquisa, um breve histórico da Educação Especial paralelamente às leis e aos decretos que norteiam os programas voltados para a Educação Especial e Inclusiva no Brasil. Para a obtenção dos dados da pesquisa, realizou-se entrevista mediante aplicação de questionários com os docentes do Atendimento Educacional Especializado, responsáveis pelas Salas de Recursos Multifuncionais que atuam com alunos público-alvo da Educação Especial da rede pública municipal de ensino de Açailândia-MA. A partir das análises observadas e por meio dos resultados obtidos, a pesquisa revelou que os professores possuem formação adequada para atuar nas salas de recursos e pontuaram de forma assertiva diversos benefícios promovidos aos alunos. Com relação ao público-alvo, os mais frequentes nas salas de recursos são alunos que apresentam deficiência intelectual ou Transtorno Global do Desenvolvimento. Diante disso, foi possível concluir que, mesmo diante da carência de Tecnologias Assistivas, as Salas de Recursos Multifuncionais ofertam estímulos físicos, cognitivos e sensoriais, favorecendo o desenvolvimento de habilidades e competências, possibilitando maior independência e melhor interação com o meio, ampliando a capacidade de realizar tarefas, promovendo o fortalecimento da inclusão social, facilitando a acessibilidade e, por fim, constituindo-se em um meio de promoção e desenvolvimento da Educação Inclusiva e de respeito à diversidade.

Palavras-chave: Diversidade. Inclusão. Atendimento Educacional Especializado. Salas de Recursos Multifuncionais.

ABSTRACT

The present work was carried out through bibliographic research and field research, allowing to generate discussions and reflections about the benefits promoted in the Multifunctional Resource Rooms seen as enriching tools in the teaching and learning process of students with disabilities, Global Developmental Disorders and high abilities or giftedness. The main objective was to understand the benefits of the Multifunctional Resource Rooms, highlighting diversity as one of the constituent elements of the human being, of society and, consequently, of educational contexts for meaningful learning by the target audience of Special and Inclusive Education. A brief history of Special Education was also described in this research, in parallel with the laws and decrees that guide programs aimed at Special and Inclusive Education in Brazil. In order to obtain the research data, an interview was carried out through the application of questionnaires with the teachers of the Specialized Educational Service, responsible for the Multifunctional Resource Rooms that work with Special Education target audience students of the municipal public teaching network of Açailândia-MA. From the analyzes observed and through the results obtained, the research revealed that teachers have adequate training to work in resource rooms and assertively scored several benefits promoted to students. With regard to the target audience, the most frequent in the resource rooms are students who have intellectual disabilities or Pervasive Developmental Disorder. In view of this, it was possible to conclude that, even in the face of the lack of Assistive Technologies, the Multifunctional Resource Rooms offer physical, cognitive and sensory stimuli, favoring the development of skills and competences, allowing greater independence and better interaction with the environment, expanding the capacity to carry out tasks, promoting the strengthening of social inclusion, facilitating accessibility and, finally, becoming a means of promoting and developing Inclusive Education and respect for diversity.

Keywords: Diversity. Inclusion. Specialized Educational Service. Multifunctional Resource Rooms.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2. EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	14
2.1 Educação Especial Inclusiva	15
2.2 Benefícios do Atendimento Educacional Especializado - AEE	18
3 PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	20
3.1 Sala de Recursos Multifuncionais	23
3.2 Formação de Professores das Salas de Recursos Multifuncionais e atuação com a Diversidade do Público-Alvo da Educação Especial	25
4 TECNOLOGIA ASSISTIVA: FERRAMENTA PARA A INCLUSÃO	28
4.1 Plano Educacional Individualizado (PEI) como aliado no ensino de estudantes público- alvo da Educação Especial	31
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
5.1 Procedimentos da coleta de dados e público da pesquisa.....	35
5.2 Apresentação de dados e desenvolvimento da pesquisa	35
5.3 Análise e discussão dos resultados da pesquisa	42
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS.....	48
ANEXOS	51

1 INTRODUÇÃO

Torna-se cada vez mais necessário realizar estudos e pesquisas que abordem a temas relativos a Educação Especial e Inclusiva. Para todo e qualquer seguimento, é indiscutível a importância que uma pesquisa promove após investigar, testar quando necessário, até obter resultados com o intuito de resolver problemas e, assim, buscar soluções para que seja possível encontrar melhorias e aperfeiçoamentos sobre determinado assunto ou área de estudo em questão, visando contribuir de forma resolutiva com os problemas sociais.

As políticas públicas educacionais procuram sempre encontrar melhorias e oferecer um estudo de qualidade para o público estudantil, modificando e aperfeiçoando também os programas voltados para o ensino do aluno especial, prezando sempre a inclusão diante das diversidades dentro da escola.

O interesse em realizar esta pesquisa surgiu da necessidade de encontrar respostas positivas acerca do ensino ofertado ao Público-Alvo da Educação Especial, sobretudo nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da rede pública municipal de ensino de Açailândia.

Em virtude disso, a problemática deste trabalho contextualiza a seguinte pergunta: No âmbito da Educação para a diversidade, a Educação Inclusiva e a Sala de Recursos Multifuncionais ofertadas por meio do Atendimento Educacional Especializado conseguem promover a aprendizagem significativa dos estudantes com deficiência?

Diante desse questionamento, esta pesquisa têm como objetivo geral compreender a importância e os benefícios das Salas de Recursos Multifuncionais, destacando a diversidade como um dos elementos constitutivos do ser humano, da sociedade e, conseqüentemente, dos contextos educacionais para uma aprendizagem significativa dos alunos da Educação Especial e Inclusiva. Ademais, visa, juntamente com os objetivos específicos, destacar a diversidade como um dos elementos norteadores dos contextos educacionais; especificar o público-alvo que tem direito ao Atendimento Educacional Especializado; refletir sobre os benefícios das Salas de Recursos Multifuncionais para o desenvolvimento do aluno da Educação Especial e Inclusiva, e compreender o Atendimento Educacional Especializado e a Sala de Recursos Multifuncionais como espaços de inclusão na escola.

Com o propósito de obter o sucesso desejado e atingir tais objetivos, esta

pesquisa seguiu etapas importantes que facilitaram todo o desenvolvimento deste trabalho. Inicialmente, o levantamento de literatura, em sequência, a realização da leitura dos materiais selecionados, posteriormente, a aplicação de um questionário respondido exclusivamente pelos professores do Atendimento Educacional Especializado, responsáveis pela Sala de Recursos Multifuncionais.

Voltado a identificar e a analisar os aspectos relacionados aos fenômenos sociais e culturais, e também ao comportamento humano, foi utilizada uma metodologia com abordagem qualitativa, sendo utilizada a revisão bibliográfica baseada nas concepções de importantes teóricos, documentos acadêmicos científicos e textos oficiais expressos nos documentos do Ministério da Educação. Além disso, foi realizada a pesquisa de campo para levantamento e coleta de dados na qual aconteceram as visitas às escolas públicas na zona urbana do município de Açailândia.

Para melhor leitura e compreensão, este trabalho foi dividido em capítulos, distribuídos da seguinte forma: Educação e Diversidade; Educação Especial Inclusiva; Benefícios da Sala de Atendimento Educacional Especializado; Público-Alvo da Educação Especial Inclusiva; Sala de Recursos Multifuncionais; Formação de Professores das Salas de Recursos Multifuncionais e Atuação com a Diversidade do Público-Alvo da Educação Especial; Tecnologia Assistiva: Ferramenta para a Inclusão e Plano Educacional Individualizado (PEI) como aliado no ensino de estudantes Público-Alvo da Educação Especial. Por fim, os procedimentos metodológicos, com as etapas e desenvolvimento da pesquisa e a análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa por meio da amostra e da leitura dos gráficos apresentados.

2 EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

Compreender as dimensões que existem, quando se fala em diversidade, torna-se imprescindível para realizar uma reflexão acerca de sua importância para a Educação Especial. Essa é uma palavra que abre um leque de interpretações, pois logo leva a associá-la à diversidade cultural, étnica, religiosa, escolar, de gêneros, de orientação sexual, de comportamento, além de tantas outras possibilidades. O termo diversidade se relaciona muito com a cultura, levantando questões sobre o respeito às diferenças e fazendo parte dos movimentos sobre lutas e conquistas de determinados grupos sociais.

Para o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, diversidade significa variedade, diferença ou falta de semelhança; divergência; falta de acordo ou oposição; abundância ou ocorrência de várias coisas diferentes.

Dessa forma, dentro do contexto escolar, falar em diversidade permite refletir sobre conviver respeitando as diferenças e particularidades de cada aluno, levando a um conceito de inclusão.

São inúmeras as diferenças que transpõem o espaço escolar, por isso a palavra diversidade, no âmbito da Educação, permite uma configuração fortemente voltada para os alunos que são considerados público-alvo da Educação Especial e reforça a ideia de uma Educação para todos sem discriminação ou segregação, pensando em um ambiente de inclusão que respeite as necessidades e individualidades de cada um.

Um dos papéis fundamentais da escola é formar cidadãos conscientes sobre todas as formas de diversidades existentes não apenas no ambiente escolar, mas em toda a sociedade, mantendo a convicção de que toda pessoa tem o direito de ser exatamente como ela é, vivendo de forma acolhedora, igualitária e justa, e que aprenda a respeitar as diferenças. O que a escola prioriza é que alunos considerados especiais possam conviver com harmonia e respeito com um ensino diferenciado e que toda comunidade escolar possa ajudá-los a vencer as barreiras da aprendizagem diante de cada uma de suas condições.

Por conseguinte, o Ministério da Educação elaborou um documento norteador para a Educação, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sua versão final foi publicada em 19 de dezembro 2018 e serve como referência para reforçar as políticas públicas do Brasil dentro de uma perspectiva ética e democrática. Ademais, contém

orientações e propostas para o ensino de uma sociedade diversificada, visando regulamentar os conteúdos ministrados pelas escolas com o objetivo de melhorar a qualidade do estudo das diferentes modalidades da educação básica no Brasil, priorizando a devida preparação para o mercado de trabalho e assegurando o pleno desenvolvimento de conhecimentos e competências.

A BNCC tem como princípio regulamentar os currículos escolares com práticas que orientam as propostas de atividades com o objetivo de fornecer o pleno desenvolvimento de todos os estudantes, permitindo o direito ao acesso da aprendizagem.

Com enfoque na diversidade escolar, o desenvolvimento das competências socioemocionais ou cognitivas dos alunos faz parte das aprendizagens consideradas essenciais a serem trabalhadas ao longo dos anos de escolaridade e vai refletir diretamente no exercício da cidadania.

Para que aconteça Educação de forma respeitosa e igualitária para todos os alunos, principalmente para os que são especiais, as escolas se baseiam na lista de dez competências estipuladas pela BNCC que se enquadram para a tomada de decisões no âmbito pedagógico e que também serve para o público da Educação Especial.

A partir da compreensão sobre educar na diversidade, é relevante destacar todos os desafios da escola, dos educadores, as contribuições dos programas escolares existentes, das propostas pedagógicas e dos métodos e recursos utilizados como ferramentas para favorecer a aquisição de conhecimentos e intensificar a qualidade do ensino ofertado aos alunos que apresentam necessidades de intervenções mais especializadas, promovendo o direito à Educação e favorecendo a diversidade.

2.1 Educação Especial Inclusiva

Para que a convivência humana seja bem-sucedida e se estabeleça de forma harmônica, é necessário que prevaleça o respeito à igualdade e à diversidade em todas as esferas da sociedade.

As sociedades passaram por muitas décadas não permitindo que o homem com qualquer condição de deficiência, tivesse a liberdade de gozar de direitos em relação a outro que fosse considerado normal. Através da Assembleia Geral das

Nações Unidas, o principal objetivo de era o de permitir a todo cidadão uma vida mais digna com garantias de direitos iguais.

Historicamente, pessoas com deficiências passaram por muitos momentos tristes e marcantes no passado, pois eram descartadas, chamadas de loucas e sofriam forte preconceito, rejeição e discriminação pela sociedade. Pode-se ter essa confirmação conforme diz PESSOTTI (1984, p. 3): "Diante do intenso culto à perfeição e da busca por determinados ideais de beleza, as crianças com deficiência, detectadas logo ao nascimento, eram expostas, deixadas para morrer ou eliminadas".

Esse cenário só começou a mudar a partir de doutrinas filosóficas, de influências da Igreja e da Revolução Francesa, em que houve uma evolução no modo de tratar e de pensar da sociedade, fazendo com que finalmente o deficiente não fosse mais condenada à morte. Por outro lado, mesmo diante de tal evolução, essas pessoas com deficiência ainda eram consideradas inválidas e incapazes, e acabavam vivendo segregadas, internadas em asilos ou em hospitais psiquiátricos.

Fazer essas observações acerca da história das pessoas com deficiência se faz necessário para se compreender como elas tiveram, enfim, direito à Educação e conquistaram visibilidade para viver em sociedade após longas décadas de exclusão.

Em meados do século XX, com a ascensão das ideias da medicina, as pessoas com qualquer tipo de deficiência passaram a ser consideradas cidadãs com direitos garantidos, sendo vistas apenas como uma pessoa doente que precisava de acompanhamento médico para tratamento adequado.

Diversos acontecimentos foram considerados importantes para a história da Educação Especial em nível de Brasil, pois, ainda na época do Império de Dom Pedro II, começaram a acontecer os primeiros atendimentos à pessoa com deficiência em duas instituições, que foram respectivamente o Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857. Mesmo com a criação desses institutos, pessoas com deficiência ainda viviam de forma muito oprimida, pois eram consideradas insignificantes e incapazes e não lhes permitiam nenhuma forma de participação em sociedade.

Em diferentes contextos sociais e com o passar dos anos, a Educação Inclusiva foi garantindo seu espaço na sociedade aos poucos. Graças às escolas especiais, os alunos podiam frequentar salas de aulas, porém essas eram separadas dos demais alunos da sala de aula comum, não podiam cursar o ano letivo juntamente com os alunos considerados normais, o que ainda configurava, portanto, um ensino de

segregação, em vez de inclusão.

Com o surgimento da Constituição Federal de 1988, esse fator foi especialmente fortalecido, assegurando que a educação fosse um direito de todos e partindo do princípio quanto ao dever do Estado e da família.

Porém, especificamente, foi no art. 208, inciso III, que houve uma referência bem mais detalhada quanto ao Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, quando declara que: “o dever do Estado em garantir a Educação será efetivado mediante Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Diante de diversas passagens que configuraram a Educação Inclusiva permitindo bom senso para oportunizar à pessoa com deficiência, destaca-se em especial a Declaração de Salamanca, um movimento que trouxe forte influência por fortalecer ainda mais a ideia de Educação para todos. Esse evento foi organizado pelo Governo da Espanha no ano de 1994, servindo de inspiração para as políticas sociais de vários países, com o objetivo de estabelecer leis e diretrizes em relação à Educação Inclusiva.

O grande marco da Educação Inclusiva no Brasil foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, inspirada na Declaração de Salamanca, a partir de então, várias mudanças começaram a se consolidar no sistema educacional brasileiro.

Todos esses processos de construção que se basearam para favorecer garantias de direito à Educação da pessoa com deficiência, iniciando-se no século passado, continuaram recebendo atenção nos últimos 20 anos com o intuito de obter aprimoramentos e diminuir os níveis de exclusão e a segregação.

Leis importantes de apoio à pessoa com deficiência, com a intenção de diminuir as desigualdades sociais, foram criadas, como a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em 2008 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

A palavra inclusão trouxe um novo conceito, o que possibilitou que toda criança tivesse acesso aos estabelecimentos de ensino. De acordo com Neto (2018, p. 86), “a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva serviu para fortalecer o acesso ao ensino regular dos alunos com diversificadas deficiências.” Fazendo referência as deficiências físicas, auditivas, visuais e intelectuais que englobam também os alunos com transtornos globais do

desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

Mesmo com todos os avanços que surgiram no contexto educacional, novas propostas políticas foram sendo desenvolvidas para o melhoramento da Educação Inclusiva, com o objetivo de garantir um ensino de qualidade pensando em um espaço escolar acessível, desenvolvido e especializado.

2.2 Benefícios do Atendimento Educacional Especializado - AEE

Conforme o que era estabelecido pelas leis e mediante todas as conquistas que foram surgindo no campo da Educação Especial, uma delas era garantir espaços inclusivos e/ou ambientes adequados que permitissem acessibilidade no ensino regular, que, por sua vez, iriam muito além das salas de aula. Isso criaria condições de permanência dos alunos com quaisquer tipos de deficiência dentro da escola e ofertaria recursos e estratégias que promovessem o desempenho da aprendizagem. É exatamente nesse cenário que surge um atendimento mais específico por meio do Atendimento Educacional Especializado e das Salas de Recursos Multifuncionais.

No âmbito federal, a Educação Inclusiva ainda precisava ser implementada por meio de programas que correspondessem de forma mais intensa e específica ao atendimento do aluno com deficiência matriculado na rede de ensino regular. Ocorreu, portanto, a implementação do AEE, que passou a ser considerado dentro da Educação Inclusiva como uma proposta pedagógica visando complementar o estudo do aluno e assegurar benefícios através das práticas de ensino, mas sem configurar uma aula de reforço e, sim, um atendimento individualizado e elaborado com recursos pedagógicos adequados conforme as especificidades dos estudantes.

Diante desses parâmetros, todos os alunos que se enquadram dentro do Público-Alvo da Educação Especial devem, então, receber o Atendimento Educacional Especializado geralmente no contraturno, direito esse garantido por lei, tanto para o aluno da escola pública, como para o aluno da rede privada, tendo como benefício a complementação e suplementação do ensino regular.

Esse atendimento considerado obrigatório para o sistema educacional inclusivo engloba, além dos alunos com deficiências, todos os demais alunos com dificuldades de aprendizagem. Por meio do documento que registra a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação

Inclusiva criada pelo governo federal no ano de 2008 surgiu trazendo uma nova concepção para fortalecer os processos de inclusão escolar de todos os alunos com deficiências, garantindo também o Atendimento Educacional Especializado com professores capacitados para esse tipo de atendimento.

A Legislação que regulamenta o AEE se deu a partir do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado. O conceito que esse decreto traz para o AEE é que esse serviço se configura como “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente” (BRASIL, 2011).

Esse mesmo decreto afirma ainda que os objetivos do Atendimento Educacional Especializado são garantir acesso aos serviços de apoio especializados; eliminar as barreiras que dificultam o ensino e que é necessário desenvolver recursos didáticos e pedagógicos que facilitem a aprendizagem para todos os níveis e modalidades de ensino para todos os estudantes com necessidades educativas especiais.

Em consonância a todos os documentos norteadores voltados para a Educação Especial e Inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado é assim chamado por ser um programa que apresenta em sua totalidade acessibilidade, metodologias com atividades diferenciadas e individualizadas conforme a necessidade de cada aluno. Pode contar, ainda, com uma gama de recursos didático-pedagógicos, visando aprimorar o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. Para ter direito de receber o AEE, basta o aluno estar regularmente frequentando as salas regulares de ensino, uma vez que já consta no próprio PPP- Projeto Político-Pedagógico de cada ambiente escolar para os educandos da Educação Especial.

O PPP da escola é um documento necessário e relevância para a Educação Especial Inclusiva, bem como para o Atendimento Educacional Especializado, já que é através dele que todas as atividades planejadas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico são elaboradas e organizadas dentro da escola, servindo também para fins de planejamento do professor do atendimento especializado. O PPP serve, também, como uma ponte para desenvolver estratégias para promover a participação da família, assim como ser um meio facilitador para firmar parcerias com os programas públicos da saúde, priorizando os demais serviços considerados essenciais para o

aluno especial. Como aponta Vasconcellos, (2014, p.169) “O Projeto Político – Pedagógico é um planejamento que irá definir a intervenção educativa que será necessário aplicar ao aluno, é portanto um instrumento teórico-metodológico que baseia as atividades entre a teoria com a prática”.

Tendo como embasamento teórico as diretrizes das políticas educacionais nas esferas federais, estaduais e municipais, o PPP configura uma exigência para atender às necessidades de toda comunidade escolar. Isso permite a participação e a inclusão de alunos com deficiências, garantindo acessibilidade, qualidade e melhores condições de ensino e aprendizagem no processo educativo dos estudantes.

Sob esse viés, percebe-se a quantidade de benefícios que são proporcionados para os alunos do AEE, pois é por meio desse atendimento mais individualizado que o professor, com a formação adequada, vai saber identificar a real necessidade do aluno para então fazer um planejamento especializado e oferecer um ensino mais diversificado, organizado e elaborado conforme observado na avaliação inicial, realizada com cada aluno da sala de recursos. Assim, um dos objetivos principais desse atendimento é justamente eliminar todas as barreiras que se encontram em torno desse percurso escolar dos discentes Público-Alvo da Educação Especial.

3 PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para que seja possível garantir um trabalho escolar diferenciado, eficiente e organizado dentro do ensino regular, voltado para o contexto da diversidade, faz-se necessário conhecer especificamente quais pessoas pertencem ao PAEE e que simultaneamente se beneficiam dos programas de inclusão.

Os alunos que anteriormente já foram chamados de portadores de deficiência, hoje, conforme as mudanças estabelecidas pelas leis de inclusão, o termo correto para se referir a eles é pessoas com deficiência, uma vez que o termo portador faz uma relação a algo que seja temporário no sentido de portar algo passageiro, e a deficiência geralmente traz características consideradas permanentes. Essas pessoas pertencem a um grupo chamado de Público-Alvo da Educação Especial, sendo especificamente delimitado conforme diretrizes das políticas públicas educacionais brasileiras.

Baseado na Política da Educação Especial nas perspectivas da Educação Inclusiva (2008), as pessoas consideradas como Público-Alvo da Educação Especial

são alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação.

Devido a todos os avanços que foram ocorrendo ao longo dos anos dentro do cenário da Educação e diante da diversidade dos alunos considerados especiais, surgiu uma exigência em discutir e elaborar propostas mais objetivas que pudessem atender à necessidade específica de cada aluno. Outrossim, ainda poder incluir nessa assistência alunos não apenas considerados com deficiência, mas também diferenciar os que tivessem transtornos globais do desenvolvimento, bem como altas habilidades e superdotação, formando o grupo de alunos partícipes do Público-Alvo da Educação Especial.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), baseado no Manual de Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), conceituou - se deficiência como uma anormalidade ou uma estrutura do corpo humano, ou ainda perda ou alterações das funções psicológicas ou anatômicas de modo temporário ou permanente.

Para melhor compreensão, as pessoas com deficiência caracterizam-se por uma variedade de dependências, limitações e impedimentos que podem estar relacionados a vários aspectos: físicos, visuais, auditivos, mentais, intelectuais e/ou múltiplos, configurando características e necessidades individuais a cada um desses tipos de deficiências. Além disso, leva-se em consideração que para cada um existe a necessidade de avaliar, planejar e desenvolver um trabalho diferenciado dentro da escola.

É fundamental ter conhecimento quanto aos tipos de deficiências, e essas definições estão estabelecidas no Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, no 1º parágrafo do 5º art., precisamente no primeiro inciso, que classifica os diferentes tipos de deficiência.

Compreender o significado da palavra deficiência é indispensável para que a sociedade não utilize termos antigos e pejorativos que, por muito tempo, foram usados de forma discriminatória quando se referiam a essas pessoas chamando-as de portadoras de deficiência e até mesmo de aleijadas, ceguinhas, mudinhas, mongoloides, doidinhas, retardadas ou inválidas.

Nos dias atuais, a sociedade já usa com mais frequência a expressão pessoa com deficiência, especificando apenas o tipo de deficiência que esta possui, por exemplo, para se referir a uma pessoa com problemas de audição ou surdez, usa-se

a expressão pessoa com deficiência auditiva.

Nessa mesma via, diante da diversidade humana e da concepção de cidadania, os alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) são aqueles que são afetados intelectualmente ao nível dos distúrbios de comportamento, pois manifestam alterações que vão comprometer diretamente a comunicação e a interação social, e conseqüentemente gerar um impacto para a vida em sociedade. Dentro dessa classificação, fazem parte alunos diagnosticados com Síndrome de Asperger; Síndrome de Rett; Transtorno Desintegrativo da Infância e Transtorno do Espectro Autista, podendo variar conforme o grau de acometimento. Dentre esse público, ganha destaque especial, no ambiente escolar, os alunos com Transtorno do Espectro Autista e Síndrome de Asperger, devido ao crescente número de novos casos que foram surgindo nas últimas décadas.

Com relação aos estudantes considerados com altas habilidades e superdotação, são alunos considerados com nível de inteligência elevado, ou seja, com potentes habilidades para diversas áreas de conhecimento. Esses fazem parte do Público-Alvo da Educação Especial por apresentarem necessidades de intervenções que possibilitem o pleno desenvolvimento dessas potencialidades, levando em conta o nível de inteligência que possuem para aproveitar todo o seu desempenho escolar durante o processo de ensino.

Alunos com altas habilidades e superdotação podem apresentar um desempenho escolar com baixo rendimento, manifestado por frustração e falta de interesse pelos conteúdos aplicados em sala de aula regular. Isso ocorre caso suas potencialidades não sejam efetivadas e supridas da forma correta, justamente pela facilidade e pela habilidade que apresentam na resolução das atividades propostas, causando posteriormente um desajuste em seu nível de aprendizagem. Por isso, esses alunos precisam de um olhar diferenciado do professor com atividades programadas, sendo necessariamente incluídos nos atendimentos especializados como meio de minimizar possíveis impactos de desempenho e comportamento.

Compreender a real necessidade de cada estudante é primordial, pois além de valorizar as diferenças, contribui para o sucesso do rendimento escolar. Dessa forma, somente conhecendo as características de cada um dos alunos que fazem parte do Público-Alvo da Educação Especial é que se torna possível desenvolver um ensino de qualidade diante das diversidades, garantindo a Educação Inclusiva de forma igualitária para todo indivíduo.

3.1 Sala de Recursos Multifuncionais

Durante o processo de ensino-aprendizagem da criança ou do adolescente, é necessário que sejam ofertados estímulos adequados à sua condição específica e que atendam às suas necessidades individuais, permitindo assim que obtenham resultados positivos não apenas na sua carreira escolar, mas também durante seu desenvolvimento cognitivo e social. Essa variedade de estímulos deve ser reforçada quando se trata dos alunos que fazem parte do público-alvo do Atendimento Especializado.

Visando minimizar os déficits de aprendizagem e fornecer estímulos adequados para aprimorar o desenvolvimento das habilidades das pessoas com os vários tipos de deficiências, sejam elas: motora, auditiva, visual, mental, intelectual e múltipla, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, o Ministério da Educação diante da política da Educação Inclusiva extinguiu as chamadas classes especiais e ampliou o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Isso se deu a partir da criação de espaços propícios com equipamentos, materiais didáticos, recursos pedagógicos e professores especializados na área para atenderem às necessidades e às particularidades do aluno que necessita de um atendimento mais específico, por meio das SRM.

Em meio às mudanças ocorridas no âmbito da Educação Especial nas últimas décadas, o Atendimento Educacional Especializado tornou-se diferenciado, uma vez que este se constitui para promover a inclusão escolar e facilitar a acessibilidade, permitindo um trabalho pedagógico diferenciado do que é ofertado nas salas de aula comum.

Para garantir que esse novo modelo de ensino ganhasse cada vez mais força, os ambientes escolares precisavam se adequar de acordo com as exigências estabelecidas pelas políticas educacionais, eliminando todos os tipos de barreiras desde a adequação dos transportes escolares até as adaptações arquitetônicas nas escolas que configurassem obstáculos para o aluno especial.

Dessa maneira, através das Salas de Recursos Multifuncionais, segundo a Portaria nº 13 de 24 de abril de 2007, as escolas públicas municipais e estaduais precisaram se ajustar para designar espaços físicos estruturados que permitissem ao aluno receber no contraturno um reforço complementar de atividades, diferenciadas

daquelas realizadas em sala de aula comum, possibilitando, assim, um Atendimento Individual Especializado bem mais efetivo e visando à superação das dificuldades.

Machado, (2010, p. 60) explica que as Salas de Recursos Multifuncionais são os locais apropriados para se realizar o Atendimento Educacional Especializado pela forma que se constituem, uma vez que, possuem mobília adequada com equipamentos específicos, recursos pedagógicos e materiais didáticos. Reforça ainda que este atendimento individualizado acontece no contra-turno do aluno na escola mais próxima ou na própria em que está matriculado.

Conforme a resolução CNE/CEB nº 4/2009 que compoe as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na categoria de Educação Especial, o art. 5º art. trata sobre o espaço físico para o AEE, que é a Sala de Recursos Multifuncionais.

O art. 10º, inciso IV da mesma resolução, reforça ainda que as salas de recursos multifuncionais devem compor o Projeto Político Pedagógico da escola prevendo a organização do AEE elaborando estratégias de acordo com as necessidades específicas de cada aluno

Graças aos espaços físicos totalmente apropriados dentro da escola, o Atendimento Educacional Especializado se torna efetivo e abrange desde o ensino de Libras para o deficiente auditivo, o uso do sistema Braille e Soroban para deficientes visuais, assim como a comunicação alternativa e as tecnologias assistivas. Além disso, para que esses espaços físicos sejam de fato inclusivos e seguindo o modelo de eliminar todas as barreiras, é necessário que possuam mobiliários totalmente adequados e adaptados, incluindo mesas e cadeiras.

Para que seja solicitada e implantada uma Sala de Recursos Multifuncionais em uma escola, faz-se necessário seguir algumas regulamentações do Ministério da Educação. Com base no Manual de Orientação do Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (2010), cabe aos gestores de Educação do município ou do estado solicitar a implantação da SRM, atendendo a alguns critérios para a devida aprovação. Dentre essas, é obrigatório que a escola de ensino regular deve ser da rede pública municipal ou estadual, baseado nas referências do Censo Escolar MEC/INEP, e já deve ter previamente disponibilidade do espaço físico para o funcionamento dessa sala e professor para atuação no AEE.

As Salas de Recursos Multifuncionais podem ser de dois tipos: para a colocação da sala do Tipo I, a escola de ensino regular deve ter matrícula de alunos

considerados Público-Alvo da Educação Especial em sala de aula comum, já para a implantação da sala de recursos do Tipo II, deve constar matrícula de alunos cegos em classe comum devidamente registrados no Censo Escolar/INEP. Segundo Ropoli (2010), elas se diferenciam apenas por conta de alguns recursos disponíveis na sala Tipo II, que são mais específicos para alunos com deficiência visual, que não constam na sala do tipo I.

Quando se reflete sobre a palavra multifuncionalidade, remete-se à ideia de que esta se relaciona com a oferta de diversas possibilidades ou uma variedade de funções. Por isso, o nome Sala de Recursos Multifuncionais se constitui dessa maneira, pela variedade de atividades, pelo conjunto extenso de recursos e procedimentos que nela estão disponibilizados, permitindo um atendimento especializado que engloba todos os alunos que configuram o público-alvo da Educação.

Discussões acerca do Atendimento Educacional Especializado e das Salas de Recursos Multifuncionais são extremamente necessárias para dar ênfase quanto aos métodos e estratégias utilizadas para promover diversas formas de estímulos que vão refletir positivamente no desenvolvimento e no comportamento do aluno.

Dessa forma, o trabalho educativo desenvolvido no Atendimento Educacional Especializado torna-se diferenciado do ensino realizado em sala de aula de ensino comum por conta dessa variedade de materiais disponibilizados nas Salas de Recursos Multifuncionais. Esses recursos visam superar todas as limitações do aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades e superdotação, e eliminar ou minimizar todas as barreiras que limitam o aluno quanto ao seu desenvolvimento, seja físico, sensorial, cognitivo ou social.

3.2 Formação de Professores das Salas de Recursos Multifuncionais e atuação com a Diversidade do Público-Alvo da Educação Especial

Toda criança, logo ao nascer, necessita de estímulos para melhor interagir com as pessoas ou com o ambiente em que vive. Quando se trata de crianças com deficiência, esses estímulos devem ser redobrados tanto no ambiente familiar quanto no ambiente escolar para que possibilitem aumentar a sua capacidade de aprendizagem.

No contexto educacional, o professor é peça fundamental para que haja

sucesso no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, tratando-se de um saber pedagógico autêntico e diferenciado. É de sua competência transmitir todo o conhecimento adquirido conforme suas formações, já que seu trabalho permite inspirar e capacitar o aluno durante todo o processo educativo, não apenas para desenvolver as habilidades cognitivas e intelectuais, mas também preparando-os para pensar e atuar em sociedade.

Quando se fala em Educação, o trabalho docente é pensado entre os principais pilares para que se estabeleça uma relação favorável ao ensino, pois é através de suas práticas pedagógicas e da capacidade de ter bom relacionamento, autonomia, boa comunicação e criatividade dentro de sala de aula que o aluno se beneficiará com uma educação efetiva.

Com o direito à Educação, estabelecido pelas políticas de inclusão e voltado para a diversidade dos alunos que fazem parte do Público-Alvo da Educação Especial, fez-se necessário ao longo dos anos ter um quadro de profissionais, com formação e capacitação adequada, preparados para saber atuar com esse público, garantindo uma suplementação no ensino e visando a um atendimento que fosse diferenciado do que já é ofertado no ensino regular.

As práticas pedagógicas precisavam ser diferenciadas conforme as necessidades de cada aluno. Para isso, o professor foi necessitando cada vez mais de instrução e formação adequada, possibilitando um conhecimento mais específico para atuar devidamente com cada aluno do setor especial. Tornou-se um desafio tanto para o professor do ensino regular quanto para o professor das salas de AEE educar diante dos processos de inclusão. Nesse sentido, há a necessidade de receber maior conhecimento teórico para desenvolver estratégias e metodologias diferenciadas que fortalecessem as práticas pedagógicas, desejando melhorias na oferta da qualidade de ensino e assegurando para o aluno da sala de recursos um melhor desempenho escolar.

Para atuar no Atendimento Educacional Especializado é extremamente necessário que o professor tenha conhecimentos em áreas específicas. Pois precisará compreender por exemplo, o sistema Braille e o Soroban que são recursos próprios para o deficiente visual, assim como precisa ensinar a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS para um deficiente auditivo.

O Ministério da Educação, visando suprir as necessidades dos educandos, especialmente as escolas públicas da rede regular de ensino, passou a ofertar então,

cursos de capacitação continuada tanto nas modalidades presenciais quanto à distância para garantir conhecimentos de áreas específicas aos docentes. Conforme as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, (2008, p. 11) ficou estabelecido, quanto à atuação do professor, que não seria suficiente ter como base apenas a sua formação inicial. Necessitando portanto, de formações continuadas complementares que garantissem uma docência exercida com competência para atuar de forma especializada diante as diversidades do público da educação especial.

No ambiente escolar, o Atendimento Educacional Especializado possibilitou mudanças com a criação de novos espaços que, por sua vez, exigiram esses perfis de profissionais capacitados com a devida formação para atuarem com uma visão diferenciada, sabendo avaliar o aluno durante o seu processo de aprendizagem e conforme a necessidade individual de cada um. Conforme Pacheco (2007), “as escolas precisam de profissionais qualificados que forneçam apoio nas tarefas de identificação, intervenção, orientação, por meio de técnicas, procedimentos e ferramentas que requerem especialização de natureza psicológica e pedagógica”.

Saber atuar com alunos, tendo uma visão diferenciada para cada um deles, não quer dizer que o professor tenha a obrigação de ser um especialista para atuar diante de cada tipo de deficiência, mas que saiba realizar um trabalho eficiente que atenda à diversidade do Público-Alvo da Educação Especial de forma geral. Inclusive os cursos de formação ofertados pelo Ministério da Educação retiram essa obrigatoriedade quanto às práticas pedagógicas dos professores.

Na perspectiva inclusiva, saber realizar uma avaliação no contexto da aprendizagem, diferenciando o ambiente das salas de aulas comuns e da sala de aula especializada, requer do professor do Atendimento Educacional Especializado um conhecimento prévio referente as especificações dos educandos que fazem parte do Público-Alvo da Educação Especial. Além disso, identificar qual o perfil desse aluno e quais as suas reais necessidades, tendo como objetivo principal traçar um planejamento com propostas pedagógicas que pretendem definir quais as melhores estratégias, métodos e recursos pedagógicos utilizados no atendimento individualizado a fim de possibilitar ao aluno vencer todas as barreiras que o impedem de desenvolver suas habilidades e potencialidades.

Desse modo, para atuar no AEE, é memorável que o professor tenha conhecimentos e competências visando ao pleno desenvolvimento dos alunos com

quaisquer deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação e servindo, também, como um suporte entre o aluno e professor do ensino comum. São diversas as prerrogativas do educador do AEE, e, conforme Resolução CNE/CEB nº 4/2009 que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, essas atribuições estão esplanadas no art. 13, conforme os seus incisos.

Diante de tantas atribuições do docente de classe de recurso e para que ele consiga realizar um atendimento de forma organizada e planejada para os alunos com necessidades de intervenções individualizadas, faz-se necessário que a escola tenha um controle limitando a quantidade de alunos que frequentam a sala em cada turno, além de uma série de outros fatores que envolvem faixa etária, nível de desempenho e de habilidade, graus de comportamentos e autonomias, e nível de interação com o meio, possibilitando ao aluno obter bons resultados com a oferta do atendimento da sala de recursos.

[...] é difícil o professor administrar a presença de alunos com diferentes necessidades especiais, oriundas de diferentes deficiências e/ou com faixas etárias muito díspares, como vem sendo proposto nas salas de recursos multifuncionais. Estes são os desafios que a escola precisa pensar e resolver coletivamente, porque não é tarefa exclusiva do professor de AEE. (MILANEZ, DE OLIVEIRA e MISQUIATTI, 2013, p. 94)

As formações permitem auxiliar o professor para saber atuar adequadamente diante das deficiências, dos transtornos globais do desenvolvimento e das altas habilidades e superdotação. Tais capacitações precisam ser continuadas para que o professor saiba promover um atendimento individualizado preparando um plano de ensino individualizado e significativo, que atenda às reais necessidades de cada aluno, mas que não configure a segregação deste.

4 TECNOLOGIA ASSISTIVA: FERRAMENTA PARA A INCLUSÃO

Diante dos variados tipos de recursos que são disponibilizados para o público-alvo da Educação Especial, disponibilizados nas Salas de Recursos Multifuncionais por meio do Atendimento Educacional Especializado, encontra-se a Tecnologia Assistiva (TA). Ultimamente, esse recurso passou a ser considerado um item obrigatório, não somente para as escolas, mas também para as empresas que apresentam em seu quadro de funcionários pessoas com mobilidade reduzida por conta de algum tipo de deficiência.

O termo “Tecnologia Assistiva” foi criado nos Estados Unidos no ano de 1988, e se configura como uma área interdisciplinar por conta dos variados recursos, estratégias e práticas que oferece para as pessoas com diferenciados tipos de deficiências e para profissionais de diferentes áreas. Mas somente se fortaleceu no Brasil em novembro de 2006 através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH/PR pela Portaria nº 142 do CAT - Comitê de Ajudas Técnicas.

No Brasil, a Tecnologia Assistiva também é conhecida como Ajudas Técnicas, pois se configuram como sinônimos e foi regulamentada na Legislação Brasileira através do Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, no capítulo VII, artigo 61.

A Tecnologia Assistiva serve para equiparar e desenvolver as habilidades das pessoas com deficiência em comparação àquelas consideradas sem nenhuma deficiência. Dessa forma, ela é vista como uma ferramenta de fundamental importância para auxiliar pessoas com os mais variados tipos de deficiências e como meio de garantir a esse grupo de pessoas uma vida com mais qualidade e autonomia para melhor incluí-las no ramo das atividades trabalhistas e na sociedade de forma geral.

São diversos os tipos de Tecnologias Assistivas que visam suprir a necessidade da pessoa com deficiência, garantindo-lhes certa independência, que vai desde uma simples bengala utilizada por um deficiente visual até um recurso altamente tecnológico, como as pernas robóticas desenvolvidas para pessoas com deficiência física. Conforme nos afirma Manzini (2005, p.82) “Esses recursos estão sempre presentes no nosso dia-a-dia e algumas vezes chegam a passar despercebidos pela simplicidade com que se apresentam é o caso da bengala utilizada pelos idosos ou por deficientes físicos, por outro lado alguns tem tanta tecnologia que causam maior impacto, é o caso dos aparelhos de amplificação sonora utilizados por pessoas com perda auditiva.

Além disso, os serviços da Tecnologia Assistiva podem ser realizados por profissionais de diversas áreas de atuação, como fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos, enfermeiros, médicos, professores e ainda por arquitetos, engenheiros, entre outros.

Um profissional fonoaudiólogo pode, por exemplo, utilizar a TA para trabalhar os processos ligados à comunicação, mais especificamente com a comunicação alternativa por meio de cartões ou fichas com imagens ilustrativas e coloridas ou

programas de software instalados em computadores e tablets, que vão auxiliar no desenvolvimento da fala e da linguagem do aluno com alguma alteração comunicativa.

Dentre algumas categorias da Tecnologia Assistiva, podemos citar materiais desenvolvidos que servem como auxílios em sua rotina e prática, por exemplo, os talheres e copos adaptados para alimentação, as peças de vestuários, como argola do zíper aumentada ou uso de velcros nas roupas, assim como os adaptadores para materiais escolares, como os engrossadores de lápis ou aranha mola para fixar a caneta.

Visando minimizar as barreiras que os alunos com deficiência encontram no ambiente escolar, as Tecnologias Assistivas para educação surgiram através das propostas governamentais como recursos e ferramentas inovadoras e diferenciadas para tornar mais fácil a rotina escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial e favorecer independência, aperfeiçoamento das habilidades cognitivas, motoras e sensoriais, tornando possível uma aprendizagem mais significativa.

Na escola, o serviço de Tecnologia Assistiva é ofertado por meio das Salas de Recursos Multifuncionais nas quais estão disponibilizados todos os recursos tecnológicos, e o professor deverá realizar avaliação individualizada com o aluno e encontrar qual recurso pedagógico ou Tecnologia Assistiva mais adequada para utilizar com ele conforme sua necessidade específica.

Porém, para que ocorra a utilização adequada de todos esses recursos, o professor do Atendimento Educacional Especializado necessita constantemente de formação adequada para não inviabilizar as práticas pedagógicas, garantindo, portanto, um atendimento especializado baseado no uso correto dessas tecnologias, voltadas para o aprimoramento e desenvolvimento da aprendizagem desses alunos.

É de extrema importância que o professor da Sala de Recursos saiba identificar todos os recursos da Tecnologia Assistiva para que aconteça a devida aplicabilidade e utilização, pois muitos desses recursos tecnológicos são utilizados de maneira interdisciplinar e conforme a especificidade de cada deficiência, almejando obter um resultado na inclusão e na aprendizagem dos alunos com comprometimentos mais severos. Além disso, esses recursos podem ser classificados como sendo de baixa tecnologia ou alta tecnologia.

Dentro de uma Sala de Recursos Multifuncionais, os recursos considerados de baixa tecnologia e que podem também ter um baixo custo para a escola podem ser brinquedos bem simples com peças de encaixe, calculadoras, ou então podem ser

confeccionados de maneiras artesanais pelos próprios professores, como fichas de papel-cartão, com colagens de figuras para trabalhar com a comunicação alternativa e aumentativa, permitindo estimular a linguagem, a oralidade e a escrita, e até materiais recicláveis, como: papelão, tampinhas de garrafas, pedaços de madeira, pregadores de roupas, jornais e revistas, letras em EVA, entre tantas outras possibilidades de materiais.

Já os recursos considerados de alta tecnologia são os materiais ou equipamentos que exigem de profissionais especializados para sua fabricação e geralmente são de produção industrializada. Dentre esses recursos, podem-se citar as cadeiras de rodas motorizadas, impressoras de Braille, os computadores com variados programas de software, computadores com tela sensível ao toque, teclados e mouses modificados.

É incontestável que são diversas as possibilidades de se utilizar a Tecnologia Assistiva para indivíduos com deficiências e em vários contextos da sociedade. Na Educação, esse recurso garante além de inclusão e acessibilidade, possibilidades de ampliar as habilidades, a comunicação e, conseqüentemente, melhorar o nível de aprendizagem dos alunos.

4.1 Plano Educacional Individualizado (PEI) como aliado no ensino de estudantes público-alvo da Educação Especial

Uma unidade escolar na qual o aluno com necessidades especiais está inserido é responsável pela educação desse indivíduo, sendo importante que as metodologias de ensino sejam flexíveis para esse aluno. O trabalho desenvolvido pelo professor deve se arquitetar com respaldo na particularização do aluno quando inevitável, de forma que essa particularização seja o meio para o progresso dos alunos que manifestam necessidades educacionais. Nesse sentido, o Plano Educacional Individualizado (PEI) organiza essa ação educacional.

Glat (2012, p. 84) conceitua essa proposta como um planejamento individualizado, que deve ser revisado e reavaliado periodicamente observando o aumento do nível de conhecimento, de melhora das habilidades, levando - se em consideração questões como idade cronológica e nível de escolarização.

A lei que atua no Brasil de Inclusão de Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2015, p. 6) trata sobre o ensino de alunos com necessidades especiais em salas inclusivas, fortalecendo a exigência da elaboração de um projeto pedagógico que seja voltado

para o atendimento educacional especializado, que possa garantir condições de acesso e de igualdade e que atenda às características de todos os estudantes com deficiência promovendo sua autonomia.

O PEI deve ser elaborado e realizado portanto, com o apoio e a contribuição de todo corpo docente: professores, diretores, supervisores, tutores, familiares e até mesmo, quando necessário, o aluno. Contudo o professor, principalmente, tem obrigações centralizadoras, logo tem que estar envolvido com o aluno, planejando e avaliando, e ter métodos de aprendizagem. Essa ação aplicada é relevante, pois inclui o aluno excluído.

Consoante Glat, Munster (2014, p. 48), o PEI tem como principal objetivo proporcionar o progresso de táticas pedagógicas que alcance cada estudante de acordo com a sua necessidade, isto é, o plano se importa com as necessidades de cada estudante, impondo objetivos educacionais diferenciados conforme a particularidade de cada um.

Assim, o Plano Educacional Individualizado é um forte aliado para a Educação Especial, sendo de extrema importância para alunos que estão em situações adversas e os fazem incluídos na educação regular, ratificando o que consta na LDBEN, em que traz o conceito de que todas as crianças têm o direito de aprender e conseguir aprender, cuja escola deve estar preparada e qualificada para ensinar essa criança (LDB, 1999, p. 19).

Uma escola inclusiva expõe qualidades de auxiliar os alunos que sozinhos não podem resolver problemas por conta de sua deficiência. Torna-se necessário empenho constante, com o objetivo de contribuir com o outro possibilitando – o a vencer suas limitações.

Tannús Valadão (2013) interpreta essa ferramenta como um recurso essencial para assegurar as respostas esperadas do andamento da escolarização de pessoas com deficiência, seja em sala regular, classes especiais ou escolas comuns. A autora cita que o PEI é garantido pela lei educacional nos Estados Unidos e na Europa, e consente o acompanhamento dos alunos com necessidades especiais durante toda sua carreira profissional.

Da mesma forma, Chapellini e Rodrigues (2012), consideram a individualização da educação como um caminho que beneficia a cooperação entre educadores e propicia a inclusão de estudantes com deficiência em salas regulares, já que, na sua produção, os trabalhos realizados pelos educadores poderão ser mais bem

organizados.

O Plano Educacional Individualizado, na sua idealização, teria que estar em conjunto com o educando público-alvo da Educação Especial que necessita de ações diversas em toda a sua escolarização, podendo adentrar na carreira que escolher como profissão.

Nessa perspectiva, elaborar o PEI é pensar nos alunos da Educação Especial, verificar quais estratégias poderão ser usadas no desenvolvimento da aprendizagem desses alunos e romper barreiras estabelecidas a eles, principalmente aqueles que estão fora do currículo educacional estabelecido.

Outro ponto importante é o desafio do professor enquanto mediador do ensino nas salas regulares, ou AEE, mas, principalmente, em salas regulares, pois há turmas que são superlotadas, o que acaba sendo complexo para organizar esses alunos de forma que todos sejam alcançados, e em algumas salas de AEE se dá pelo pequeno espaço destinado a esses alunos. Desse modo, De Carvalho Mascaro (2018, p.45) diz que “ adaptar um currículo de forma organizada que atenda as necessidades específicas de alguns estudantes torna – se uma atividade complexa, porém no caso do professor do Atendimento Educacional Especializado o PEI permite um acompanhamento do desempenho do aluno se for preferencialmente desenvolvido em parceria com professor da sala de aula regular.

O Plano Educacional Individualizado é um planejamento organizado para aquele aluno que foi identificado com alguma deficiência ou dificuldade, seja ela intelectual, social, sensorial ou social ou qualquer outro tipo, sendo este necessário uma adaptação curricular e práticas mais elaboradas, levando em consideração as habilidades do aluno.

Na conjuntura do Brasil, com eixo legítimo para o uso de uma orientação como o PEI, indica-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB) que, no seu artigo 59, prescreve que: “os sistemas educacionais garantirão ao aluno com necessidades educacionais especiais: currículos, técnicas, recursos educativos, métodos e organização específica para responder as suas necessidades especiais”.

Em síntese, a legislatura brasileira pressupõe a particularização ou individualização da educação, alterações e parâmetros de suporte como exigências para possibilitar a inclusão de discentes com necessidades educacionais específicas e deficiências no âmbito escolar.

Ainda sobre a relevância do PEI no âmbito escolar, salienta-se a perspectiva

que a estratégia concede no que diz respeito ao avanço diferenciado dos assuntos curriculares.

Concernente à afirmação, compreende-se que a responsabilidade de um aprendizado concreto dos educandos que manifestam necessidades educacionais especiais precisa estar incluída no assunto explorado sobre o currículo de uma forma mais vasta. Sobre o assunto, é válido ressaltar que o processo de aprendizagem para alunos com deficiência tem que levar em consideração onde esse aluno está, no que tange à aprendizagem e às suas expectativas de desenvolvimento pessoal. Dessa forma, o PEI vem assegurar a esses estudantes uma boa educação, cuja escola deve se preparar e mudar suas metodologias para receber esse aluno, e não o aluno se adequar à escola.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se propôs destacar a diversidade como um elemento importante no contexto educacional e contemplar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) como espaços de inclusão na escola vistos como ferramentas enriquecedoras que contribuem para o sucesso da carreira escolar e para o desenvolvimento da aprendizagem e das habilidades do público-alvo da Educação Especial. Ademais, vai oferecer um ensino mais específico e significativo, bem como constatar os múltiplos benefícios que podem ser notados diante dos diversos estímulos, sejam eles físicos, sensoriais ou cognitivos.

Para que fosse possível atingir os objetivos deste trabalho, a metodologia utilizada baseou-se numa abordagem qualitativa e quantitativa, dispondo, portanto, de uma revisão bibliográfica com base nas concepções de importantes teóricos, nos documentos acadêmicos científicos e no discurso oficial expresso nos documentos do Ministério da Educação, com a complementação da pesquisa de campo para coleta de dados.

É válido ressaltar que, na abordagem qualitativa, o foco está voltado a identificar e a analisar aspectos relacionados aos fenômenos sociais, à cultura de um determinado local e também ao comportamento humano. Já na quantitativa, são resultados alcançados por meio da coleta de dados que serão baseados na análise das respostas após aplicação de questionários.

A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2008), desenvolve-se baseada em materiais já elaborados, formado especificamente por artigos científicos e livros. Desse modo, será de suma importância alcançar os objetivos da pesquisa vinculada ao levantamento de pesquisa bibliográfica e documental.

5.1 Procedimentos da coleta de dados e público da pesquisa

Para que fosse possível iniciar a coleta de dados, realizou-se contato com a Secretaria de Educação do município e com o Departamento de Inclusão e Apoio Educacional Especializado – DIAEE para autorização da pesquisa nas escolas públicas municipais onde se encontram as Salas de Recursos Multifuncionais, mediante apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pela coordenadora desse referido departamento.

Em seguida, realizou-se contato com gestores e professores do Atendimento Educacional Especializado das escolas da zona urbana de Açailândia, explicando os objetivos da pesquisa e como aconteceria a aplicação dos questionários. A rede de ensino público do município de Açailândia compreende 16 Salas de Recursos Multifuncionais implantadas, sendo 12 na zona urbana e 4 na zona rural, com base em dados proporcionados pela Secretaria de Educação.

Participaram desta pesquisa um total de 12 professores, responsáveis pelas Salas de Recursos Multifuncionais da zona urbana. Tal pesquisa foi realizada durante o mês de outubro de 2022 com aplicação de questionário compartilhado via plataforma *Google Forms* por sua praticidade e facilidade, podendo ser acessado inclusive pelo celular, sendo facilmente respondido.

5.2 Apresentação de dados e desenvolvimento da pesquisa

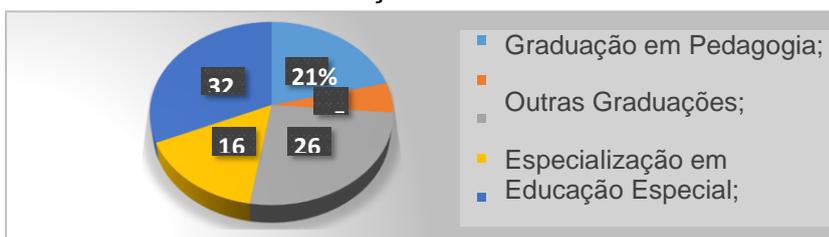
O questionário aplicado foi elaborado contendo 10 questões objetivas e subjetivas, visando encontrar respostas que contribuíssem para a conclusão deste trabalho e que pudessem corresponder aos objetivos desta pesquisa. Diante dos dados levantados, foi possível encontrar respostas concernentes ao Atendimento Educacional Especializado e às Salas de Recursos Multifuncionais do município de Açailândia ofertados para os estudantes com necessidades educativas especiais.

O Gráfico 1 representa a primeira pergunta do questionário na qual se procura evidenciar qual o tipo de formação do professor da Sala de Recursos, pois discutir

sobre a formação do professor do Atendimento Educacional Especializado torna-se necessário para poder identificar as reais competências desse profissional tanto para contemplar as propostas pedagógicas da escola quanto para atender às exigências no que se refere às diversidades do público da Educação Especial.

Conforme Guarnieri (1997, p. 6) “o conhecimento do professor com formação adequada permite colocar em prática conhecimentos teóricos que vão favorecer a atuação de um ensino de qualidade, além de atuar com competência”.

Gráfico 1 - Formação do Professor

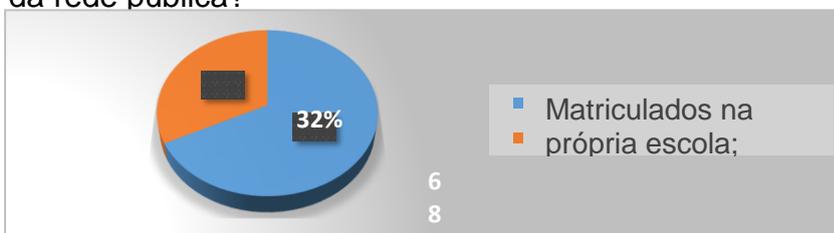


Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Dessa forma temos, 7 professores com graduação em pedagogia e 5 em outros cursos, destes 12 profissionais, 5 tem especialização em educação especial, 2 com especialização em área específica da educação em especial, como por exemplo libras ou braile e 7 com formação em atendimento educacional especializado. Conforme Bueno (1999, p. 19), “A formação dos professores da Educação Especial passou a ter elevada exigência no início dos anos 70, tendo por princípio a maior especialização exigida para por em prática esse tipo de ensino”.

No Gráfico 2, observa-se que, 68% são matriculados na própria escola onde a sala está localizada, e 32% são oriundos de outras escolas da rede pública.

Gráfico 2 - Do total de alunos atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais, quantos são da escola onde a sala está localizada e quantos são de outras escolas da rede pública?

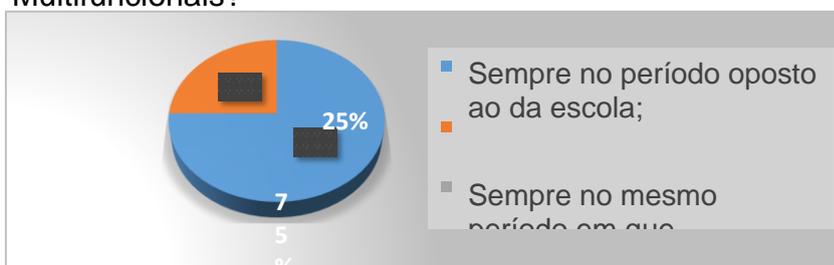


Fonte: Elaborado pela autora (2022)

. Conforme a Resolução nº 04 (BRASIL, 2009), o aluno que necessita do atendimento especializado pode receber esse atendimento em qualquer outra escola que tenha Sala de Recursos Multifuncionais, e não necessariamente na escola em que está matriculado. O Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, faz referência a essa dupla matrícula do aluno tanto no ensino regular quanto no AEE.

Segundo Machado (2010), o importante é que o aluno tenha facilidade para encontrar esse atendimento, e caso a escola de ensino regular na qual ele está matriculado não constar com a Sala de Recursos, ele deve direcionar-se para a escola mais próxima de sua residência para ser contemplado com o Atendimento Educacional Especializado.

Gráfico 3 - Em que período os alunos frequentam a Sala de Recursos Multifuncionais?



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

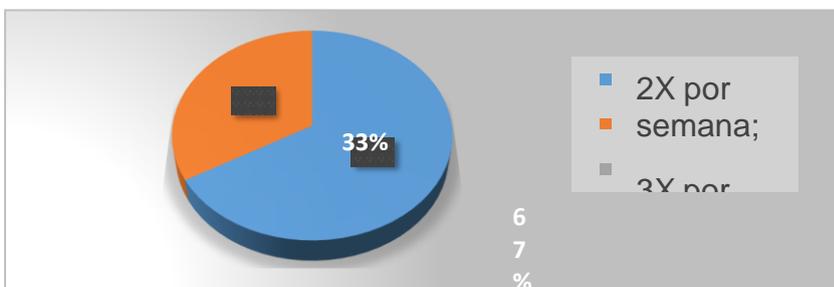
No Gráfico 3, percebe-se que 75% dos alunos frequentam a Sala de Recursos no contraturno ao das aulas regulares e apenas 25% frequentam a Sala de Recursos no mesmo período em que estão na escola, no horário em que seria para estarem em sala de aula regular.

De acordo com o Decreto CNE/CEB nº 02 de 11/07/2001, que inaugurou as Diretrizes Nacionais para a Educação Inclusiva e Especial na Educação Básica, as instituições escolares devem garantir a matrícula dos alunos com necessidades educativas especiais e ainda devem estar organizadas para oferecer o Atendimento Especializado com qualidade para todos.

No Gráfico 4, como se observa a seguir, 67% desses alunos ainda frequentam a Sala de Recursos duas vezes por semana, conforme preconiza a resolução CNE/CEB nº 04/2009 que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica modalidade Educação Especial.

Ainda de acordo com as ideias de Machado (2010), estar nos ambientes de salas de aulas regulares é um direito do aluno especial, oportunizando para ele a experiência da inclusão na sala de aula comum com o professor do ensino regular e com os demais alunos considerados normais.

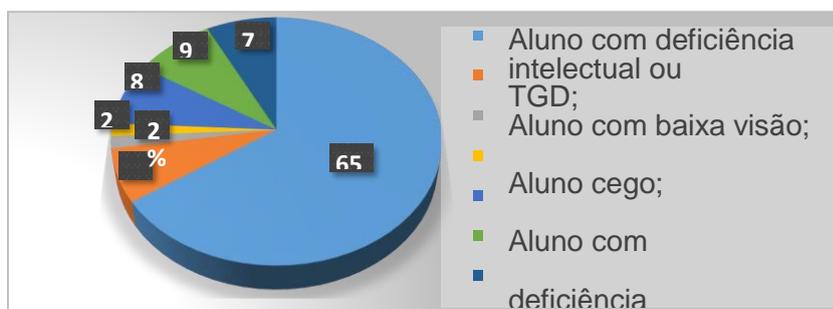
Gráfico 4 - Com que frequência semanal os alunos frequentam a SRM?



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O Gráfico 5 logo abaixo temos uma amostra de 165 alunos, conforme a diversidade do público-alvo da Educação Especial, confirmando que o perfil mais atendido nas Salas de Recursos são alunos com deficiência intelectual ou Transtorno Global do Desenvolvimento, contabilizando 65%, nesse percentual se encontram alunos com Transtorno do Espectro Autista – TEA.

Gráfico 5 - Diante do público-alvo da Educação Especial, qual perfil de alunos é mais atendido na SRM?



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

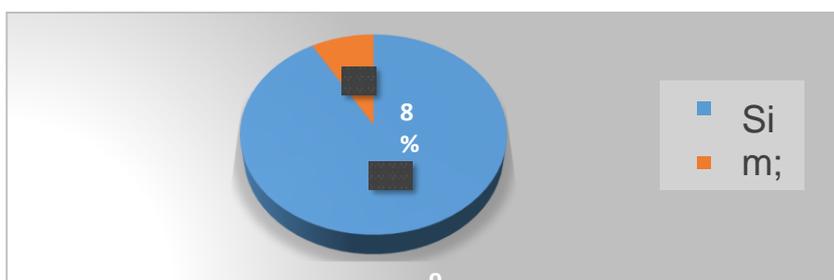
Em seguida com 9%, alunos com deficiência física; 8%, estão alunos com surdez; 7%, alunos com baixa visão; 7%, alunos com deficiência múltipla; 2%, alunos com cegueira; e 2%, alunos com deficiência auditiva.

Segundo Mello (2007), o Transtorno do Espectro Autista está tendo um aumento significativo de diagnósticos nos últimos anos, o que também está sendo observado nas escolas. Além disso, o autismo é um distúrbio do comportamento que engloba uma tríade de dificuldades, que afetam a comunicação, a sociabilização e a imaginação. Esse aumento se confirma nesta pesquisa por apresentar o maior percentual de alunos com autismo a frequentarem as Salas de Recursos Multifuncionais em Açailândia.

No Gráfico 6, a pergunta se baseou em confirmar se as Salas de Recursos Multifuncionais oferecem acessibilidade adequada para os alunos, 92% responderam que sim, e apenas 8% disseram que não. A falta de acessibilidade adequada em escolas da rede pública, geralmente, é alta, gerando barreiras e entraves para o aluno impedindo sua efetiva participação, apesar de observar que no município de Açailândia esse percentual se mostrou baixo.

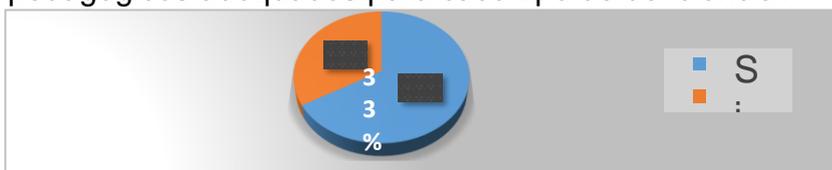
Corrêa (2010) desenvolveu um protocolo visando melhorias para adaptações na escola, de maneira a excluir variadas formas de barreiras que possam existir referentes aos espaços físicos, como rampas, pisos, calçadas e banheiros adequados. Essas melhorias têm o objetivo de planejar e garantir um ambiente acessível e seguro a todos para que percentuais como esses não se concretizem.

Gráfico 6 - A SRM oferece acessibilidade adequada para os alunos?



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Gráfico 7 - A sala é dotada de equipamentos, mobiliários e recursos pedagógicos adequados para cada tipo de deficiência?



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Como se pode ver no Gráfico 7, 67% dos entrevistados afirmaram que a sala é dotada de equipamentos, mobiliários e recursos pedagógicos adequados para cada tipo de deficiência, e 33% afirmaram que a sala não tem os equipamentos, mobiliários e recursos pedagógicos adequados para cada tipo de deficiência. Desse modo, DE FARIAS (2020, p. 3) afirma que “não se caracteriza como inclusão escolar mesmo que existam alunos com deficiência dentro da escola, se esta não estiver adequadamente acessível e adaptada oferecendo também tecnologias assistivas e recursos pedagógicos específicos contribuindo para o desenvolvimento desses alunos” Logo, as escolas necessitam estar equipadas para receber esses estudantes, para que eles tenham uma educação igualitária e de qualidade. Pode-se ver isso nos Gráficos 8 e 9, quando mostram que as SRM do município de Açailândia estão equipadas com Tecnologias Assistivas de baixa e alta tecnologia, fazendo com que os estudantes tenham uma melhor aprendizagem, utilizando os recursos apresentados nos gráficos.

No Gráfico 8, percebe-se que os recursos de baixa tecnologia atende a todos os grupos de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nas escolas onde a pesquisa foi realizada. Os três recursos mais apresentados foram: com 26%, alfabeto móvel em tamanho e material diferentes; com 22%, jogos com sinalização em libras, próprios para alunos com surdez; e empatados com 15%, kit para deficiência visual (bengala, reglete, punção e soroban) e mobiliário adequado ao aluno com deficiência física, compreendendo respectivamente mesas reguláveis, cadeiras com adequação postural e de rodas.

Já no Gráfico 9, mostram-se os recursos de alta tecnologia, nos quais o mais usado nas SRM com 44% são computadores; com 19% máquina de escrever em braile/imprensa braile e com 13% mouse e teclados adaptados.

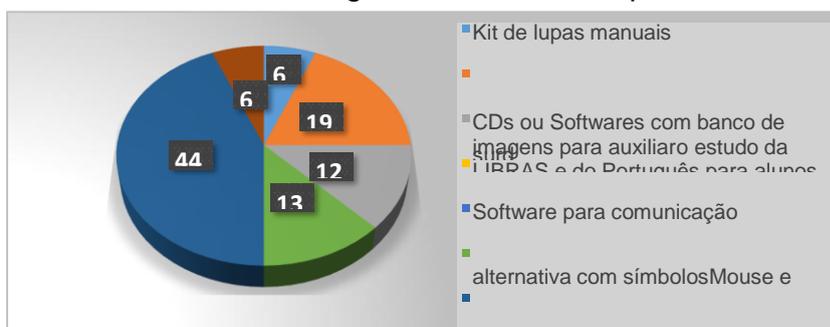
Para Lourenço (2008), Tecnologia Assistiva é um vocábulo empregado para designar os equipamentos ou recursos, bem como os serviços relacionados que possibilitem ao indivíduo êxito na execução de atividades, ampliando, e melhorando suas habilidades funcionais e que o trabalho realizado na SRM com tecnologias assistivas permitem que o aluno apresente maior desempenho das habilidades.

Gráfico 8 - Conforme preconizam as Tecnologias Assistivas, quais dos recursos de baixa tecnologia abaixo estão disponíveis na SRM?



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

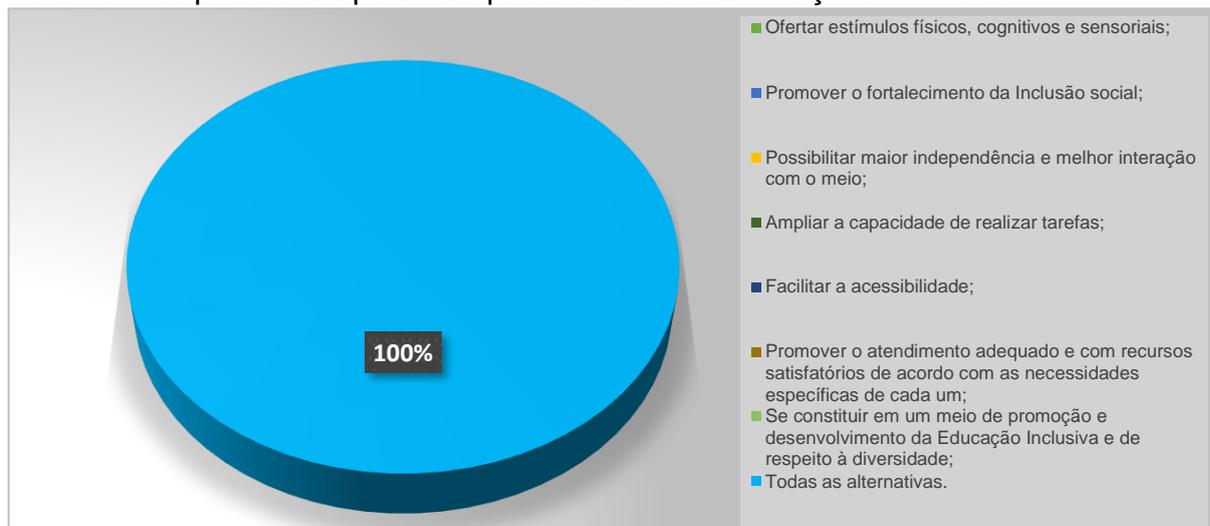
Gráfico 9 - Conforme preconizam as Tecnologias Assistivas, quais dos recursos de alta tecnologia abaixo estão disponíveis na SRM?



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Por fim, o Gráfico 10 mostra benefícios que as Salas de Recursos Multifuncionais promovem para os alunos matriculados na Educação Especial Inclusiva, escolhidos pelos professores, a citar: ofertar estímulos físicos, cognitivos e sensoriais; promover o fortalecimento da inclusão social; possibilitar maior independência e melhor interação com o meio; ampliar a capacidade de realizar tarefas; facilitar a acessibilidade; promover o atendimento adequado e com recursos satisfatórios conforme as limitações do educando; constituir-se em um meio de promoção e desenvolvimento da Educação Inclusiva e de respeito à diversidade.

Gráfico 10 - No seu ponto de vista, qual o principal ou os principais benefícios observados que a SRM promove para o aluno da Educação Inclusiva?



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

5.3 Análise e discussão dos resultados da pesquisa

Discussões acerca das temáticas que envolvem a Educação Especial e Inclusiva tornam-se pertinentes para que se possam levantar reflexões e compreender se de fato as medidas e modificações necessárias para o atendimento da pessoa com deficiência ou de todos que apresentam necessidades educacionais especiais se encontram adequadas conforme preconizam as políticas públicas, visando a resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem desses alunos.

Ao se buscar uma educação mais especializada e individualizada, espaços foram criados na escola garantindo direitos de permanência na escola e condições de acessibilidade mediante as especificidades de cada aluno. O que segundo Noronha (2016, p.38) é fundamental para se configurar de fato a inclusão e defender o exercício da cidadania conforme orientam os Direitos Humanos pois a educação é um direito universal

Com base nos dados encontrados nesta pesquisa, observou-se que, conforme Portaria 13 / 2007, que institui o Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais destinado a ofertar o Atendimento Educacional Especializado – AEE para alunos público-alvo da Educação Especial, o município de Açailândia compreende 12 salas implantadas e distribuídas na zona urbana do município.

Diante do público atendido nas Salas de Recursos, observou-se que existe uma diversidade de alunos com variados perfis que correspondem a alunos com deficiência

física, deficiência múltipla, deficiência visual, cegueira, deficiência auditiva e surdez, porém com alto índice de alunos com deficiência intelectual ou Transtorno Global do Desenvolvimento, sendo este último responsável pelo maior público presente nas Salas de Recursos, totalizando 65%, como demonstrou o Gráfico 5.

Nesse sentido, o Gráfico 6 mostra que uma pequena parcela dos alunos não tem acessibilidade adequada para eles, sendo 8% dos 100%. Ter acesso adequado, principalmente, para alunos com deficiência visual e física é essencial, possibilitando inclusão e rompendo barreiras criadas. Mesmo que seja uma porcentagem baixa, é algo que precisa ser visto para que assim atinja 100% de acessibilidades nas SRM e escolas da rede.

De acordo com o que foi exposto no Gráfico 1, a maioria dos docentes que operam nas Salas de Recursos Multifuncionais apresentam formação em Atendimento Educacional Especializado, uma vez que é de extrema importância que o professor tenha conhecimentos específicos para atuar com um aluno especial.

A partir dessas informações, é importante que os professores estejam preparados, tendo qualificações necessárias para atuarem na Educação mediante as diversidades. A tradição e a legislação determinavam a formação e a atuação de professores especializados por área de deficiência. Omote (2003, p. 158) fundamenta essa orientação através da concepção de que cada deficiência baseia – se em uma categoria específica que são distintas e com necessidades peculiares e próprias a da um desses indivíduos necessitando de recursos, materiais e metodologias específicas e de uso exclusivo.

No Gráfico 2, viu-se que 32% dos alunos atendidos na escola que tem Sala de Recursos são oriundos de outras escolas. O que se pode perceber que, pela quantidade de alunos atendidos nessas escolas, é uma porcentagem alta, porque o correto seria ter uma SRM onde o aluno estuda, pois muitos deles têm que se deslocar do seu bairro para ir à escola que tenha Sala de Recursos, já que na que ele estuda não há.

Já no Gráfico 3, vê-se uma porcentagem pequena de alunos que frequentam a Sala de Recursos Multifuncionais no mesmo período que estão na escola, mas a maioria frequenta no horário oposto ao da escola.

Tendo em vista o que se mostrou no Gráfico 4, a maioria dos alunos frequentam a SRM 2X na semana, conforme preconiza a resolução CNE/CEB nº 04/2009, possibilitando atendimento especializado para esses indivíduos.

Dessa forma, é sustentável que o aluno frequente a SRM regularmente, que possibilite o devido desenvolvimento para sua aprendizagem, mas faz-se necessário observar os horários de frequência na Sala de Recursos Multifuncionais, haja vista que uma porcentagem ainda frequenta no mesmo horário que está na escola, quando “é previsto o trabalho direto com o aluno em período de contra turno” (ROSSETTO, 2015, p. 5)

Assim, as escolas devem estar preparadas para receber esses alunos, é o que aponta o Gráfico 7, logo os professores disseram que 67% das Salas de Recursos é dotada de equipamentos, mobiliários e recursos pedagógicos adequados para cada tipo de deficiência, porém 33% responderam que na escola em que eles atuam não contam com alguns recursos que atendam a todas as deficiências. Desse modo, o ensino se torna fraco, mediante a falta do recurso correto, deixando alguns alunos prejudicados na sua aprendizagem, mesmo que seja um percentual baixo. Como aponta De Farias (2020, p. 5) “Esses espaços dentro das escolas devem levar o aluno a superar todas as dificuldades que o impedem de desenvolver suas habilidades e que permitam elevar o seu potencial cognitivo, psicológico e físico mediante recursos diferenciados e profissionais capacitados para esse tipo de ensino”.

Portanto, as Salas de Recursos Multifuncionais devem ser equipadas com todos os recursos que possibilitem uma aprendizagem adequada ao aluno, fortalecendo o processo de ensino e aprendizagem.

Nesse viés, os Gráficos 8 e 9 são vistos como um avanço para a Educação Inclusiva, quando se utiliza de Tecnologia Assistiva de alta e baixa tecnologia para o ensino. Logo, essas tecnologias usadas no ambiente escolar, principalmente, na Educação Inclusiva, são importantes para os alunos, pois atende às necessidades educacionais de cada um, atuando nas suas especificidades. Para Fonseca (2015, p. 38):

As pessoas com deficiência são grandes beneficiárias da expansão do conhecimento que o homem tem adquirido ao longo do tempo. Esse conhecimento tem resultado na criação de novas tecnologias que oferecem ao sujeito com deficiência qualidade de vida e acesso à informação[...].

Por fim, mediante a última pergunta, o Gráfico 10 demonstra diante do perfil avaliativo dos professores que felizmente são muitos os benefícios que a SRM promove para o aluno da Educação Especial, possibilitando-lhe condições de acesso ao ensino de forma competente.

Muito já foi alcançado elevando o prestígio da Educação Inclusiva, mas muito

ainda precisa ser feito, revisto e melhorado para que essa educação inclusiva de qualidade alcance a todos que dela precisam. Portanto, há um apelo para que as escolas se reorganizem para atender às recomendações estabelecidas pelas leis educacionais de inclusão escolar. Essa visão nem sempre é fácil de colocar em prática, dadas as complexas realidades históricas e culturais que muitas vezes as escolas carregam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, todo o sistema educacional passou por transformações, havendo uma grande valorização e reconhecimento das diversidades, pautando-se em propostas que garantissem a inclusão de educandos com necessidades educacionais específicas e buscando melhorias para o processo de desenvolvimento da aprendizagem pautado em suas habilidades.

Devido às políticas de inclusão implementadas pelo Ministério da Educação, as escolas passaram então por uma reorganização, tornando-se espaços democráticos que garantissem e facilitassem o ingresso e a continuidade de todos sem distinção.

Os alunos considerados público-alvo da Educação Especial puderam assim ter acesso às salas de aula comuns no ensino regular e ainda frequentar no contraturno espaços organizados e adaptados especialmente para a realização de um atendimento individualizado e especializado que suprisse suas necessidades educativas.

De tal forma, as chamadas Salas de Recursos Multifuncionais além de oferecer professores com formação adequada e capacitados para atender aos alunos com diferentes tipos de deficiência, ainda deve contar com mobília adequada, materiais e recursos pedagógicos essenciais para complementação do ensino, promovendo uma aprendizagem significativa e minimizando barreiras.

Dada à importância do assunto, este estudo possibilitou compreender a importância e os benefícios das Salas de Recursos Multifuncionais, destacando a diversidade nos contextos educacionais e procurando encontrar respostas positivas acerca do Atendimento Educacional Especializado ofertado ao público-alvo da Educação Especial da rede pública municipal de ensino de Açailândia.

Por meio da análise dos resultados, esta pesquisa constatou que os professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado apresentam formação adequada e que, mesmo diante de algumas dificuldades encontradas, como a carência de materiais e de Tecnologia Assistiva em algumas das salas, os alunos público-alvo da Educação Especial ainda conseguem ter resultados positivos na aprendizagem.

Portanto, de acordo com os resultados obtidos, os benefícios observados nesta pesquisa apontam que a SRM é capaz de ofertar estímulos físicos, cognitivos e sensoriais; promover o fortalecimento da inclusão social; possibilitar maior

independência e melhor interação com o meio; promover um atendimento com recursos satisfatórios de acordo com as demandas educacionais específicas de cada estudante; ampliar a capacidade de realizar tarefas; facilitar a acessibilidade; facilitar o despertar de competências e habilidades e constituir-se em um ambiente de acolhimento e avanço da Educação Inclusiva e de respeito à diversidade.

Mediante tantos benefícios, pode-se afirmar que no âmbito da Educação para a diversidade, a Educação Inclusiva e a Sala de Recursos Multifuncionais ofertadas por meio do Atendimento Educacional Especializado conseguem promover de forma positiva uma aprendizagem mais significativa.

Diante do exposto, esta pesquisa permite gerar reflexões sobre a importância das Salas de Recursos Multifuncionais compreendendo os seus benefícios para o público do Atendimento Educacional Especializado e ainda serve de contribuição para estudos futuros, não apenas para o âmbito educacional, mas para toda sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL, 2004. **Decreto 5296 de 02 de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: 18 out. 2022.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília: 2011. Acesso em 27 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 02 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. [da] 185º da Independência e 108º da República, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 10 set. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Acesso em 29 set. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4/2009. Institui as diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 2009. Seção 1, p. 17.

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? In: **Revista Brasileira de Educação Especial**. V. 3, n. 5. Piracicaba, SP: Unimep, 1999.

CORRÊA, P. M. **Elaboração de um protocolo para avaliação de acessibilidade em escolas da Educação Infantil**. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

DE FARIAS, Rozeli; DE QUEIROZ SANTOS, Maria Zildelaine. **O atendimento educacional especializado (AEE) nas salas de recursos multifuncionais em duas salas da rede municipal do Recife na percepção das professoras do AEE**. 2020.

DE CARVALHO MASCARO, Cristina Angélica Aquino. O Plano Educacional Individualizado e o estudante com deficiência intelectual: estratégia para inclusão. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 18, n. 205, p. 12-22, 2018.

DIVERSIDADE. In: **DICIONÁRIO Aurélio**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/diversidade>>. Acesso em: 20. Jul. 2022.

FONSECA, Janini Galvão. **O Atendimento Educacional Especializado e o uso das tecnologias nas salas de recursos multifuncionais no Ensino Médio público do Distrito Federal**. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, p. 79-100, v. 34, n. 12. 2012.

GUARNIERI, M. O início da carreira docente: pistas para o estudo do trabalho do professor. In: Anais da ANPED, 1997.

LOURENÇO, Gerusa Ferreira. **Protocolo para avaliar a acessibilidade ao computador para alunos com paralisia cerebral**. 214f. São Carlos, 2008.

MACHADO, R. Salas de Recursos Multifuncionais. Revista Inclusão. Brasília: MEC. v. 5, n. 1, p. 58-63, julho/dezembro de 2010.

MELLO, A. M. S. R. **Autismo**: guia prático. 6. ed. São Paulo: AMA, 2007.

MILANEZ, Simone Ghedini Costa; DE OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio; MISQUIATTI, Andréa Regina Nunes (Ed.). **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento**. Editora Oficina Universitária, 2013.

MUNSTER, M. A. V.; LIBERMAN, L.; SAMALOT-RIVERA, A.; HOUSTON-WILSON, C. Plano de Ensino Individualizado Aplicado à Educação Física: Validação de Inventário na Versão em Português. **Revista da Sobama**, Marília, 15 (1), 43-54, 2014.

NETO, Antenor de Oliveira Silva et al. **Educação inclusiva: uma escola para todos**. Revista Educação Especial, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.

NORONHA, G.C. Da forma à ação inclusiva: curso de formação de professores para atuar em salas de recursos multifuncionais. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

OMOTE, S. A formação do professor de educação especial na perspectiva da inclusão. In: BARBOSA, R. L. L. (Org.). Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão: um guia para aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: Edusp, 1984.
ROSSETTO, Elisabeth. Formação do professor do atendimento educacional especializado: a Educação Especial em questão. **Revista Educação Especial**, v. 28, n. 51, p. 101-114, 2015.

ROPOLLI, E. A. **A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva.** Brasília: MEC/Seesp; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

TANNÚS-VALADÃO, G. **Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado:** avaliação de um programa de formação continuada para educadores. 2013. 245 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, 2013.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização.** 24 ed. São Paulo: Libertad, 2014.

ANEXOS

Questionário para pesquisa de TCC

Educar na diversidade: Os benefícios das Salas de Recursos Multifuncionais para o público – alvo da educação Especial da rede municipal de ensino de Açailândia
Escola (SRM): _____

01. Formação do professor

- () Graduação em Pedagogia () Outra graduação. Especifique: _____
 () Especialização em Educação Especial
 () Especialização em área específica da Educação Especial.
 () Formação em atendimento educacional especializado. () Outra formação.

02. Do total de alunos atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais, quantos são da escola onde a sala está localizada e quantos são de outras escolas da rede pública?

Matriculados na própria escola. _____

Oriundos de outras escolas. _____

03. Em que período os alunos frequentam a sala de recursos multifuncionais?

- () Sempre no período oposto ao da escola.
 () Sempre no mesmo período em que frequentam a escola.
 () As vezes no mesmo período da sala de aula, as vezes no período oposto.

04. Com qual frequência semanal frequentam a Sala de Recursos?

- () 2X por semana () 3X por semana () Acima de 3X

05. Diante do público – alvo da Educação Especial qual perfil de alunos mais atendidos na SRM?

- () Aluno com deficiência intelectual ou TGD Quantos? _____
 () Aluno com baixa visão. Quantos? _____
 () Aluno cego. Quantos? _____
 () Aluno com deficiência auditiva. Quantos? _____
 () Aluno com surdez. Quantos? _____
 () Aluno com deficiência física. Quantos? _____
 () Aluno com deficiência múltipla. Quantos? _____

06. A SRM oferece acessibilidade adequada para os alunos?

- () Sim () Não

07. É dotada de equipamentos, mobiliários e recursos pedagógicos adequados para cada tipo de deficiência?

- () Sim () Não

08. Conforme preconiza as tecnologias assistivas quais dos recursos de baixa tecnologia abaixo estão disponíveis na SRM?

- () Órteses para fixar lápis, pincel, talheres,...
- () Plano inclinado suporte para leitura
- () Prancha de comunicação com símbolos gráficos, fotografias, palavras e letras
- () Alfabeto móvel em vários tamanhos e materiais
- () Kit para deficiência visual (bengala, reglete, punção e Sorobã)
- () Jogos com sinalização em Braille ou relevo
- () jogos com sinalizações em libras, apropriados aos alunos com surdez
- () Mobiliário adequado ao aluno com deficiência física envolvendo mesas reguláveis, cadeiras com adequação postural e cadeira de rodas

09. Conforme preconiza as tecnologias assistivas quais dos recursos de alta tecnologia abaixo estão disponíveis na SRM?

- () Kit de lupas manuais
- () Máquina de escrever em Braille / Impressora Braille
- () CDs ou Softwares com banco de imagens para auxiliar o estudo da LIBRAS e do Português para alunos com surdez.
- () Software para ampliação de tela
- () Software para comunicação alternativa com símbolos
- () Mouses e teclados adaptados
- () Colméia de acrílico para teclado
- () Computador
- () TV com legenda

10. No seu ponto de vista qual o principal ou os principais benefícios observados que a SRM promove para o aluno da Educação inclusiva?

- () Ofertar estímulos Físicos, Cognitivos e Sensoriais;
- () Promover o fortalecimento da Inclusão social;
- () Possibilitar maior independência e melhor interação com o meio;
- () Promover o atendimento adequado e com recursos satisfatórios de acordo com as necessidades específicas de cada um;
- () Ampliar a capacidade de realizar tarefas;
- () Facilitar a acessibilidade;
- () Favorecer o desenvolvimento de habilidades e competências.
- () Se constituir em um meio de promoção e desenvolvimento da Educação Inclusiva e de respeito à diversidade;
- () Todas as alternativas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

À Secretaria Municipal de Educação de Açailândia.
Departamento de Inclusão e Apoio Educacional Especializado – DIAEE

Eu Ana Rafaela do Vale Duarte, acadêmica do Curso de Letras Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL/ Campus Açailândia - Centro de Ciências Humanas, Sociais, Tecnológicas e Letras – CCHSTL e-mail: rafaeladuarte@gmail.com, na oportunidade solicito autorização para realização de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso junto às escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Açailândia com o objetivo de compreender a importância das Salas de Recursos Multifuncionais destacando a diversidade e refletir sobre os benefícios desta para o desenvolvimento dos alunos da Educação Especial e Inclusiva.

Pesquisadora Responsável: Prof.^a M.^a Claudianny Maria Galvão Melo e Silva. e-mail: claudiannygalvao@ifma.edu.br.

TÍTULO: Educar na diversidade: os benefícios das salas de recursos multifuncionais para o público-alvo da educação especial da rede municipal de ensino de açailândia

Escola investigada: Polos de Atendimento Educacional Especializado – AEE
(Salas de Recursos Multifuncionais)

Os participantes serão informados sobre os objetivos dessa pesquisa e para isso assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando a participação na investigação da pesquisa com aplicação do questionário. Do mesmo modo comprometo-me a assegurar a privacidade e confidencialidade de alunos e professores mantendo sigilo absoluto sobre a identidade destes. Conforme permissão para a divulgação e conclusão dos resultados, estes serão apresentados à banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso mediante prévia autorização por parte desta Secretaria Municipal de Educação.

Setor Responsável: _____

Responsável Legal: _____

Açailândia – Ma _____ de _____ de 2022.